

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**PARECER MPC 5449/2022**

Processo nº	000383-0200/20-1
Relator:	CONSELHEIRO CEZAR MIOLA
Matéria:	CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO DE 2020
Órgão:	EXECUTIVO MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS
Gestores:	TÂNIA TEREZINHA DA SILVA (PREFEITA) JERRI ADRIANI MENEGHETTI (VICE-PREFEITO)

CONTAS ANUAIS. MULTA. PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS (TÂNIA TEREZINHA DA SILVA). PARECER FAVORÁVEL (JERRI ADRIANI MENEGHETTI). RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

*As infrações às regras, aos princípios constitucionais e à legislação ensejam a aplicação de penalidade pecuniária, sem prejuízo da emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas, à Responsável (Prefeita).*

*A inexistência de falhas enseja a emissão de parecer favorável às contas do Responsável (Vice-Prefeito).*

Para exame e parecer, o Processo de Contas Anuais dos Administradores acima nominados.

Registre-se que a Sra. TÂNIA TEREZINHA DA SILVA (Prefeita) prestou esclarecimentos por meio de Procuradora devidamente habilitada, acompanhados da documentação tida como probante.

O Sr. JERRI ADRIANI MENEGHETTI (Vice-Prefeito) não foi intimado para prestar esclarecimentos, em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

1. A Supervisão de Instrução de Contas Municipais destaca a inexistência de processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais, Denúncias, Tutelas de Urgência, Representações, Representações do MPC e Processos de Contas Especiais, em andamento, de responsabilidade da Administradora no exercício sob exame.

2. As irregularidades a seguir desvelam a transgressão a dispositivos constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, ensejando a imposição de **multa** à Responsável.

### DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

**4.1.5 – Do Sistema de Licitações e Contratos (Licitacon).** De acordo com as informações constantes no Quadro 14, as remessas de licitações e contratos ao LicitaCon foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso médio de 7,1 dias no cadastramento dos eventos relativos a licitações e de 12,75 dias em relação aos contratos, além do percentual de eventos remetidos fora do prazo: 26,36% das licitações e 46,57% dos contratos (peça 4066548, p. 16).

**5.2.1 - O Sistema de Controle Interno do Município de Dois Irmãos** foi instituído pela Lei Municipal nº 1.811/2001, de 21/02/01 (peça 4066485) e regulamentada pelo Decreto nº 082/2001 (peça 4066486). O exame dessa legislação evidencia que: c) não existe previsão legal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas (alínea “c” do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS nº 936/2012).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**5.3.1 – Na análise da composição da Unidade de Controle Interno, constatou-se que os servidores não desempenham suas atividades exclusivamente no controle interno, em desacordo ao artigo 5º da Resolução TCE nº 936/2012. Além disso, a UCCI esteve em atividade com quantitativo de servidores inferior ao estabelecido na Lei Municipal nº 1.801/2011, art. 4º, o qual assentou que a Unidade deverá ser formada por 5 servidores, mas no caso em tela verificou-se que há somente 3 servidores exercendo atividades junto ao Controle Interno.**

**5.4.1 – Do atendimento das recomendações da Unidade Central de Controle Interno (UCCI). As informações prestadas pela UCCI indicam que o Gestor não adota providências tendentes à correção das inconformidades apuradas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela unidade de controle, “visto que não houve inconformidades apontadas, nem recomendações” e não adotou medidas tendentes a responsabilizar os agentes que infringem os regramentos vigentes para a administração pública do município, pois não houve verificação de infringência à legislação municipal (peça 4066548, p. 19).**

Embora a Gestora tenha apresentado esclarecimentos sobre o tópico, verifica-se que o item 5.4.1 apenas descreveu a situação verificada, sem apontar irregularidades.

**5.4.2 – Do Parecer da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) sobre as contas do Prefeito. A UCCI não se pronuncia de forma conclusiva no parecer sobre as contas da Prefeita Municipal, carecendo, pois, de opinião quanto à regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas (peça 4066548, p. 19).**

Como bem destacado pela Instrução Técnica, a responsabilidade pelo Parecer é do Agente de Controle Interno, e não da Prefeita, razão pela qual deve ser mantido o aponte apenas para fins de **alerta à Administradora**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

para que advirta a Unidade Central de Controle Interno quanto à necessidade de pronunciamento de forma conclusiva sobre as contas, por se tratar de elemento que deve ser entregue juntamente com a emissão do parecer da UCCI.

**9.1.3 – Da Pesquisa da Lei das Ouvidorias.** A partir da análise das informações contidas no sítio eletrônico do Ente, constatou-se que não estão sendo cumpridas as seguintes exigências: participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei nº 13.460/2017) e divulgação do último Relatório Anual de Gestão (art. 15, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 13.460/2017) (peça 4066548, p. 57).

**10.5.1 – Da Contabilização das Provisões Matemáticas.** Conforme Quadro 66 do relatório de auditoria, verifica-se que o valor das provisões matemáticas previdenciárias, contabilizado no balancete de verificação – R\$ 212.234.144,78 - está em desconformidade com o valor informado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRRA (R\$ 212.604.547,51) repassado à Secretaria de Previdência Social do Ministério da Economia, contrariando o inciso VII do § 1º do artigo 3º da Portaria MF nº 464/2018.

**12.2.3 - Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Municipal – Meta 6A.** A Meta 6 do Plano Nacional de Educação busca ampliar a oferta da educação em tempo integral, aumentando o período de permanência dos alunos na escola. Com o objetivo de monitorar essa meta, o indicador 6A prevê o percentual de alunos da educação básica que pertencem ao público alvo da educação em tempo integral e que estão nessa jornada. Até o final da vigência do plano, espera-se o atendimento a, pelo menos, 25% dos alunos dos estabelecimentos públicos de ensino da educação básica (Meta 6A). Conforme Quadro 78 e Gráfico 19, constatou-se que 22,10% dos alunos da educação básica



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

pública que pertencem ao público-alvo da educação em tempo integral estão nessa jornada, indicando o não atingimento da Meta 6A do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução (peça 4066548, pp. 73 e 74).

**12.2.4 – Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Municipal – Meta 6B.** A Meta 6 do Plano Nacional de Educação busca ampliar a oferta da educação em tempo integral, aumentando o período de permanência dos alunos na escola. Com o objetivo de monitorar essa meta, o indicador 6B prevê o percentual de escolas públicas da educação básica que possuem pelo menos 25% dos alunos do público alvo da educação em tempo integral nessa jornada. Até o final da vigência do plano, espera-se o atendimento em no mínimo 50% das escolas públicas (Meta 6B). Conforme Quadro 79 e Gráfico 20, constatou-se que 33,33% das escolas públicas da educação básica mantêm, pelo menos, 25% do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral no ano de 2020, indicando o não atingimento da Meta 6B do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução (peça 4066548, pp. 74 a 76).

**12.2.6 - Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Municipal – Meta 15A.** A Meta 15 do Plano Nacional de Educação busca assegurar, em regime de colaboração entre os entes federados, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, em atenção à política nacional de formação dos profissionais da educação, instituída pelo Decreto Federal nº 8.752/2016, em cumprimento ao disposto nos incisos I, II e III do parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 9.394/1996. A Meta 15A é direcionada aos professores da educação infantil. A partir do Quadro 80 e do Gráfico 23, constatou-se que 47,50% dos professores que lecionam na educação



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

infantil têm formação superior adequada à área de conhecimento no ano de 2020, indicando o não atingimento da Meta 15A do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução (peça 4066548, pp. 77 e 78).

**12.2.7 – Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Municipal – Meta 15B.** A Meta 15 do Plano Nacional de Educação busca assegurar, em regime de colaboração entre os entes federados, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, em atenção à política nacional de formação dos profissionais da educação, instituída pelo Decreto Federal nº 8.752/2016, em cumprimento ao disposto nos incisos I, II e III do parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 9.394/1996. A Meta 15B é direcionada aos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. A partir do Quadro 81 e do Gráfico 24, constatou-se que 75,50% dos professores que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental têm formação superior adequada à área de conhecimento no ano de 2020, indicando o não atingimento da Meta 15B do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução (peça 4066548, pp. 78 e 79).

**12.2.8 – Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Municipal – Meta 15C.** A Meta 15 do Plano Nacional de Educação busca assegurar, em regime de colaboração entre os entes federados, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, em atenção à política nacional de formação dos profissionais da educação, instituída pelo Decreto Federal nº 8.752/2016, em cumprimento ao disposto nos incisos I, II e III do parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 9.394/1996. A Meta 15C é direcionada aos





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

professores dos anos finais do ensino fundamental. A partir do Quadro 82 e do Gráfico 25, constatou-se que 76,60% dos professores que lecionam nos anos finais do ensino fundamental têm formação superior adequada à área de conhecimento no ano de 2020, indicando o não atingimento, ainda, da Meta 15C do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução (peça 4066548, pp. 79 e 80).

**12.2.10 – Plano Nacional de Educação - Metas de Competência Municipal – Meta 16B.** A Meta 16B do Plano Nacional de Educação visa a garantir a formação continuada a todos profissionais da educação básica em conformidade com suas áreas de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. A partir do Quadro 84 e do Gráfico 27, constatou-se que 70,61% dos professores da educação básica têm cursos de formação continuada no ano de 2020, indicando o não atingimento, ainda, da Meta 16B do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução (peça 4066548, pp. 81 e 82).

Embora a Gestora tenha apresentado esclarecimentos sobre as matérias destacadas nos itens 12.2.3, 12.2.4, 12.2.6, 12.2.7, 12.2.8 e 12.2.10, tais apontes não constaram do quadro de responsabilização, servindo apenas como alerta para a adoção de providências voltadas ao atingimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação.

**12.2.11 – Do Plano Nacional de Educação – Metas de Competência Municipal – Meta 18.** Verificou-se o descumprimento do seguinte requisito: não é observado o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme dispõe o § 4º do artigo 2º da Lei Federal nº 11.738/2008, uma vez que é reservado apenas 20% da carga horária dos professores para horas atividades. Assim, no ano de 2020, constatou-se o



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

atingimento parcial da Meta 18 do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução.

**12.3.1 – Do Plano Nacional de Educação – Metas de Competência Compartilhada – Meta 2A.** A Meta 2 do Plano Nacional de Educação (PNE) busca universalizar o acesso ao ensino fundamental de nove anos de duração para toda a população de 6 a 14 anos de idade (Meta 2A), com a conclusão na idade recomendada para pelo menos 95% dos alunos até o ano de 2024 (Meta 2B). A partir dos dados apresentados, constatou-se que 89,65% de toda a população de 6 a 14 anos de idade têm acesso ao ensino fundamental de nove anos de duração no ano de 2020, indicando o não atingimento, ainda, da Meta 2A do Plano Nacional de Educação, tornando-se necessária a adoção de medidas efetivas para a sua consecução (peça 4066548, pp. 84 e 85).

**12.3.3 – Do Plano Nacional de Educação – Metas de Competência Compartilhada – Meta 10.** A Meta 10 do Plano Nacional de Educação objetiva fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em conformidade com as especificidades de cada região, em pelo menos 25% das matrículas até o ano de 2024. O Indicador 10 demonstra o percentual de matrículas da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional. Considerando a ausência de dados relativos ao percentual de matrículas da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional no ano de 2020<sup>1</sup>, não foi possível formular uma conclusão acerca do atingimento da Meta 10 do Plano Nacional de Educação (peça 4066548, p. 86).

Embora a Gestora tenha apresentado esclarecimentos sobre as matérias destacadas nos itens 12.3.1 e 12.3.3, tais apontes não constaram do quadro de responsabilização, servindo apenas como alerta para a adoção de

<sup>1</sup> Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados>; acesso em 03/02/2021





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

providências voltadas ao atingimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação.

**12.5.4 – Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena.** Ausência de previsão orçamentária de recurso específico para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena. O Município de Dois Irmãos não tem previsão em suas peças orçamentárias de recurso específico para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena (peça 4066491). Constatou-se que não foi empregado valor em ações de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena, daquela soma orçada na função educação, no exercício de 2020, em descumprimento do art. 8º da Lei Estadual nº 14.705/2015, que instituiu o Plano Estadual de Educação – PEE (peça 4066548, p. 89).

**13.1.4 – Da revisão do Plano Municipal e da Programação Anual devido à Pandemia da COVID-19.** A partir de informação prestada pelo Poder Executivo, constata-se a não atualização do Plano e da Programação Anual de Saúde diante do enfrentamento à COVID-19 (peça 4066548, p. 92).

**16.3.3 Conselho Municipal da Saúde.** Da infraestrutura e recursos disponíveis. Referiu-se que as reuniões do Conselho de Saúde são realizadas em sala disponibilizada pelo ente municipal, de uso compartilhado com outros Conselhos; não há equipamentos básicos à disposição do Conselho para o desempenho de suas atividades, como computador, impressora, telefone e acesso à internet; quanto à locomoção dos conselheiros para o desempenho de suas atividades, há veículo à disposição, fornecido pelo Ente municipal, quando solicitado; o Conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

administrativo às suas atividades; e o orçamento do Ente municipal tem dotação específica destinada ao Conselho de Saúde (p. 106 da peça 4066548).

Embora a Gestora tenha apresentado esclarecimentos sobre a matéria destacada no item 16.3.3, o aponte não constou do quadro de responsabilização, servindo apenas como **alerta para que a Administração** disponibilize infraestrutura e recursos adequados ao funcionamento do Conselho Municipal da Saúde.

**16.4.2 Conselho Municipal do Meio Ambiente. Composição.** O Conselho Municipal de Meio Ambiente é composto de 14 conselheiros, na forma do disposto na Lei Municipal nº 1.671/1999. A partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Dois Irmãos, constatou-se que o Conselho esteve em atividade no exercício de 2020, mas com número menor de conselheiros representantes das Associações de Moradores (foram previstos 2 representantes, mas houve a nomeação de apenas 1) e com a ausência de representação do "Clube de Serviços". Além disso, a nomeação de representante da CDL não conta com prevista na Lei Municipal nº 1.671/1999. Descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto no artigo 73 da Lei Municipal nº 1.671/1999 (peça 4066548, p. 107).

**16.4.3 Conselho Municipal do Meio Ambiente. Infraestrutura e Recursos Disponíveis.** Referiu-se que as reuniões do Conselho de Meio Ambiente são realizadas em sala disponibilizada pelo Ente municipal, de uso compartilhado com outros conselhos; não há equipamentos básicos à disposição do Conselho para o desempenho de suas atividades; quanto à locomoção dos conselheiros para o desempenho de suas atividades, há veículo à disposição, fornecido pelo ente municipal, quando solicitado; o Conselho não dispõe de servidores com a finalidade de apoio administrativo às suas atividades; o orçamento do Ente municipal não



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

tem dotação específica destinada ao Conselho de Meio Ambiente; e não foram efetuadas despesas com a manutenção e o funcionamento do Conselho no exercício de 2020 (pp. 107 e 108 da peça 4066548).

Considerando a ausência de elementos probatórios a demonstrar que os fatos apontados pela Auditoria inviabilizaram a atuação do Conselho, o Ministério Público de Contas opina pelo **afastamento do aponte**.

**16.5.1 Conselho Municipal de Saneamento Básico. Instituição.** A partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Dois Irmãos, constatou-se a inexistência de Conselho Municipal de Saneamento Básico regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e ao disposto nos artigos 2º, inciso X; 3º, inciso IV; 9º, inciso V; e 47 da Lei Federal nº 11.445/2007, bem como ao artigo 34, § 6º, do Decreto Federal nº 7.217/2010, que veda ao município acesso aos recursos federais destinados a serviços de saneamento básico (peça 4066548, p. 108).

**16.9.1 – Conselho Municipal de Igualdade Racial. Instituição.** A partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Dois Irmãos, constata-se a inexistência de Conselho Municipal de Igualdade Racial regularmente instituído, em descumprimento ao princípio da participação popular e às diretrizes de promoção da igualdade e de combate ao preconceito e ao racismo, dispostas nos artigos 3º, inciso IV, 4º, inciso VIII, e 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, o que coloca o município em segundo plano na distribuição de recursos federais para a área, de acordo com o artigo 50, parágrafo único, da Lei Federal nº 12.288/2010 e o artigo 24 do Decreto Federal nº 8.136/2013.

## II – CONCLUSÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O contexto descrito nos autos, ainda que revele a ocorrência de infrações a dispositivos legais e constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, não compromete gravemente as contas anuais.

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Multa** à Senhora TÂNIA TEREZINHA DA SILVA (Prefeita), por infringência de normas de administração financeira e orçamentária, com fulcro nos artigos 33, VII, e 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000, no artigo 135 da Resolução nº 1.028/2015 (RITCE) e no artigo 4º da Resolução TCE nº 1.142/2021.

2º) **Parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das contas anuais da Senhora TÂNIA TEREZINHA DA SILVA (Prefeita), no exercício de 2020, com fundamento no artigo 75, II, do RITCE e no artigo 2º da Resolução nº 1.142/2021;

3º) **Parecer favorável** à aprovação das contas anuais do Senhor JERRI ADRIANI MENEGHETTI (Vice-Prefeito), no exercício de 2020, com fundamento no artigo 75, I, do RITCE e no artigo 3º, parágrafo único, da Resolução nº 1.142/2021;

4º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 20 de maio de 2022.

ÂNGELO GRABIN BORGHETTI

Adjunto de Procurador

Assinado digitalmente.